

## Inteligência coletiva e inovação na periferia: proposição de um modelo de *foresight* social a partir da aplicação do índice de felicidade

**Patricia Lusia Carneiro da Silva**

Especialização em Inteligência, Estratégia e Inovação - EA/UFRGS

**Raquel Janissek-Muniz**

IEA Future Lab PPGA/UFRGS

**Amanda de Souza Cainelli**

IEA Future Lab PPGA/UFRGS

**Resumo:** Este artigo reflete sobre as potencialidades da inteligência coletiva em comunidades periféricas urbanas, tendo como foco o Morro da Cruz, em Porto Alegre (RS), em parceria com a Formo Hub. O território, marcado por vulnerabilidades socioeconômicas, também apresenta fortes redes de colaboração e engajamento comunitário. A pesquisa busca compreender como moradores percebem sua felicidade e de que forma tais percepções podem ser mobilizadas como ativos estratégicos para o desenvolvimento local futuro. O objetivo central é analisar percepções de felicidade e bem-estar a fim de orientar o uso do *foresight* estratégico para a inovação social. A escolha pelo enfoque participativo valoriza saberes locais e o protagonismo comunitário na formulação de soluções de futuros. Com abordagem exploratória, o estudo foi realizado em 2024, utilizando como referência o Índice de Felicidade do PNUD, articulando o Índice de Desenvolvimento Humano e os Relatórios Mundiais de Felicidade. A escuta ativa da comunidade possibilitou integrar percepções subjetivas de felicidade com desafios cotidianos e fatores estruturais, revelando vínculos entre bem-estar, condições de vida e engajamento local. O resultado propõe um modelo de inovação social baseado na escuta ativa e no protagonismo local, com potencial de gerar impacto futuro por meio de parcerias público-privadas. **Palavras-chave:** Inteligência coletiva; Inovação social; Índice de felicidade; *Foresight* social; Periferias urbanas.

### 1. Introdução

Nos últimos anos, a periferia brasileira avançou como um lugar de debate social e acadêmico e um ambiente fértil para mudanças sociais (Simões & Medeiros, 2025). A perspectiva de que as periferias urbanas constituem territórios privilegiados para a produção de inovação social é amplamente defendida por Frúgoli Jr. (2007), que destaca seu papel na sociabilidade e inovação política; Canettieri (2025), que analisa as estratégias criativas de sobrevivência e inovação nas bordas metropolitanas; Dantas, Oliveira e Correia (2018), que ressaltam a economia solidária como motor de inovação social nesses territórios; e pelos estudos sobre inovação cidadã desenvolvidos pelo GNovaLab/Enap<sup>1</sup> (2024), que evidenciam a cocriação coletiva como caminho para soluções inovadoras em contextos periféricos. Esses territórios, frequentemente marcados por formas estruturais de desigualdade socioespacial (Serpa, 2018), também são espaços de criação de práticas coletivas que expressam modos originais de organização econômica, cultural e política.

<sup>1</sup>Disponível em: <https://gnova.enap.gov.br/index.php/pt/iniciativas>

Para D'Andrea (2013), os sujeitos periféricos não são apenas vítimas das dinâmicas de exclusão urbana, mas também agentes de transformação coletiva. Suas ações cotidianas, fundadas na solidariedade, reconfiguração do espaço público e articulação de redes comunitárias, desenvolvem ecossistemas de inovação social profundamente vinculados aos desafios locais. Essas iniciativas englobam desde movimentos culturais e organizações de juventude até cooperativas de trabalho e empreendimentos sociais, que atuam na formulação de soluções para problemas estruturais, aliados a valores como reciprocidade, pertencimento e autonomia. Na mesma linha, Gaiger (2004) argumenta que essas experiências periféricas revelam novas formas de economia que não se baseiam na lógica mercantil, mas no trabalho coletivo e autogestão. Nessa economia solidária territorializada, a inovação surge como uma resposta às limitações do Estado e do mercado, impulsionada pela criatividade social decorrente da vivência cotidiana da escassez.

Santos (2008) introduz a noção de “circuito inferior da economia urbana”, caracterizado por atividades econômicas de pequena dimensão voltadas à população de baixa renda, que nas periferias desenvolvem dinâmicas complexas e muitas vezes invisibilizadas, revelando um “outro urbano” sustentado pelo saber local, trabalho informal e gestão comunitária. Dagnino (2014) destaca que tecnologias e inovações sociais das periferias não apenas respondem a necessidades imediatas, mas desafiam modelos tradicionais de inovação *top-down*, antecipando práticas de economia colaborativa, sustentabilidade urbana e empreendedorismo social. Esses estudos ressignificam as periferias, reconhecendo-as como territórios de produção de conhecimento, invenção política e protagonismo econômico (Melo Neto & Fróes, 2002).

A chamada “teoria da economia das periferias” é fundamentada nos escritos de Raúl Prebisch, como “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus Principais Problemas” (Borja, 2021), e acabou tendo uma apropriação semântica por organizações sociais brasileiras para economia das periferias, ou “economia da favela”, revelando o potencial produtivo e criativo de milhões de brasileiros que movimentam bilhões de reais por ano, sustentando um mercado informal robusto e crescente. Segundo o Data Favela (2023), se as favelas fossem um estado, teriam o 16º maior PIB do país, evidenciando sua pujança econômica. Mesmo com a informalidade predominante nas periferias, onde mais de 60% da força de trabalho atua sem registro (Relatório da Fundação Tide Setubal<sup>2</sup>), a digitalização, o microcrédito, as redes locais e as capacitações têm transformado a produção. Apesar da falta de suporte estrutural formal, surgem soluções próprias, como moedas sociais e *fintechs* de impacto, que indicam a construção de caminhos próprios de inovação social por meio da inteligência coletiva, exemplificadas por iniciativas como G10 Favelas<sup>3</sup>, Vale do Dendê<sup>4</sup> e Fa.vela<sup>5</sup>.

Para Lévy (2003), na inteligência coletiva, o conhecimento é produzido e compartilhado por grupos, sendo distribuído por todos, valorizado e coordenado em tempo real, resultado da mobilização das competências envolvidas. Em sua perspectiva, a criação de

<sup>2</sup> Disponível em: <https://relatorio2022.fundacaotidesetubal.org.br>

<sup>3</sup> <https://g10favelas.com.br/>

<sup>4</sup> <https://www.valedodende.org/>

<sup>5</sup> <https://favela.org.br/>

soluções inovadoras e a capacidade de enfrentar desafios complexos emergem do diálogo e da articulação do saber plural, especialmente em ambientes mediados por redes colaborativas.

Quando utilizada de forma metodológica e estratégica, esta inteligência coletiva (IC) pode refletir um olhar antecipativo para vislumbrar possibilidades futuras. Nesse sentido, Godet e Durance (2007) apresentam a prospectiva estratégia - *foresight* - como um processo de análise, discussão e construção de planos futuros onde o trabalho coletivo é elemento central. No campo da Inteligência Estratégica Antecipativa e Coletiva (Lesca & Janissek-Muniz, 2022) e do *foresight* social (Saritas, Pace & Stalpers, 2013), é enfatizada a importância da participação coletiva para antecipação de futuros. A visão social propõe que o desenho de estratégias de futuros deva ser cocriado por comunidades, organizações e instituições, levando em conta não apenas interesses estratégicos, mas também visões e valores coletivos, incluindo diversidade de experiências e vivências no processo de pensar o porvir. Processos de *foresight* social partem do princípio de que imaginar e construir o futuro são tarefas intrinsecamente coletivas e democraticamente participativas, que articulam a análise baseada em evidências conduzida por especialistas, com engajamento dos cidadãos (Panizzon, Janissek-Muniz & Bas, 2025), integrando reflexão normativa e valores sociais. Alinham-se aos fundamentos da IC, em que a criatividade e a inovação surgem do compartilhamento inclusivo de ideias (Bas & Guillo, 2015).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se “felicidade” como métrica subjetiva, visando prospectar futuros desejados pela comunidade “Morro da Cruz” a partir da percepção de bem-estar. A avaliação pessoal sobre qualidade de vida dada pelos participantes foi a provocação inicial para fomentar a construção coletiva dos ideais de futuro daquela comunidade. Medeiros e Martins (2020) discutem que a felicidade deve ser compreendida como um juízo cognitivo e afetivo que as pessoas fazem sobre suas vidas, englobando avaliações amplas e emoções momentâneas, conforme definido por Diener (1984). Kahneman e Deaton (2010) destacam que bem-estar subjetivo é uma dimensão complexa que abrange aspectos afetivos e avaliativos da experiência humana, utilizados em diversos estudos para análise comparativa do bem-estar individual e social. Já a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013) reforça que indicadores de bem-estar subjetivo, como autodeclarações de satisfação com a vida, são essenciais para compreender o impacto das políticas públicas sobre a qualidade de vida das populações.

Diferente de indicadores objetivos (como renda ou acesso a serviços), a felicidade enquanto métrica subjetiva busca captar dimensões pessoais de satisfação, alegria e sentido existencial, refletindo a singularidade das experiências e expectativas individuais. Lyubomirsky e Lepper (1999) desenvolveram a Escala de Felicidade Subjetiva, que avalia a percepção individual e subjetiva de felicidade em diferentes contextos. O instrumento é reconhecido para medir a felicidade de modo subjetivo, validado em diversas culturas, sendo utilizado como base do índice que vem sendo incorporado por organismos multilaterais como a ONU para orientar políticas públicas mais humanas e centradas na qualidade de vida, superando indicadores meramente econômicos. O Relatório Mundial da Felicidade<sup>6</sup> avalia mais de 150 países com base em dimensões como apoio social, liberdade, generosidade, expectativa de vida saudável e confiança nas instituições, complementando o tradicional

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.worldhappiness.report/>

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No Brasil, a aplicação de indicadores de felicidade em comunidades periféricas parece subexplorada. Apesar de alguns estudos utilizarem métodos próprios, inspirados na ONU, muitos não fazem menção direta ao índice oficial, revelando dimensões invisíveis aos indicadores tradicionais (Trindade, 2023).

A pergunta que orienta este estudo é: considerando a inteligência coletiva da periferia, é possível prospectar futuros com base na percepção de felicidade? Parte-se da hipótese de que, apesar do interesse crescente por esses territórios e sua economia, ainda são escassos os projetos que, por meio da escuta ativa e da percepção local, se propõem a construir plataformas de futuros que gerem impacto para a inovação social e a transformação das realidades locais. Com o objetivo de **propor um modelo de foresight social a partir da aplicação do índice de felicidade**, esta pesquisa convida a explorar as bases da IC em comunidades periféricas urbanas. Após esta introdução, a fundamentação traz as bases referenciais que suportam o estudo, seguidas dos procedimentos metodológicos e dos resultados. Ao final, conclusões, limitações e recomendações concluem este trabalho, que não tem a pretensão de ser conclusivo, mas de propor uma forma de encaminhar a problemática.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Inteligência coletiva nas periferias

Lévy (2003) define Inteligência Coletiva (IC) como a capacidade distribuída de uma comunidade produzir saber, sentido e soluções a partir da colaboração entre seus membros. Em seu clássico “*A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*”, Lévy afirma que essa inteligência está “em toda parte, é valorizada constantemente, coordenada em tempo real e resulta em uma mobilização efetiva das competências” (p. 29).

No contexto das periferias urbanas brasileiras, a IC se manifesta de forma orgânica por meio de redes de apoio, práticas de solidariedade, trocas de saberes e organização comunitária. Autores como Santos (2008) e Costa (2023) concebem o espaço como um agente ativo das práticas sociais, retirados para a compreensão de que o território periférico é também um território de produção simbólica e estratégica, e não apenas um espaço de ausência ou carência. Além disso, Santos, Araújo e Baumgarten (2016) e Dagnino (2014) tratam da noção de construção social do conhecimento, em que a produção intelectual e prática não segue a lógica institucional, mas emerge das experiências vividas e da resistência cotidiana. Santos, Araújo e Baumgarten (2016) discutem o conceito de “epistemologias do Sul” e argumentam que os saberes periféricos fazem parte de um ecossistema de conhecimento legítimo, porém muitas vezes desconsiderados pelo saber hegemônico.

O conceito de IC se alinha ao de *inteligência territorial*, que se refere à capacidade de um território (atores, instituições e comunidades) produzir conhecimento, recursos e estratégias para promover o desenvolvimento de maneira sustentável e participativa (Moulaert et al., 2013). O conceito tornou-se relevante ao abordar a relação entre inovação social, desenvolvimento territorial e governança colaborativa. Posteriormente, a produção acadêmica de especialistas como Girardot (2010) e Garcia et al. (2020) aprofundou o entendimento sobre inteligência territorial, detalhando processos de construção coletiva do território, monitoramento participativo e implementação de práticas inovadoras que compartilham a pluralidade de saberes locais.

Essa associação entre inteligência territorial e coletiva permite que territórios desenvolvam estratégias inovadoras baseadas em suas potencialidades, demandas e vocações singulares, fortalecendo processos de transformação social e econômica enraizados na participação ativa das comunidades envolvidas (Moulaert et al., 2013). Rolnik (2017) ressalta que o território não é apenas espaço físico ou cuidado, mas um lugar de práticas, invenções, estratégias e sentidos, onde a coletividade se articula para resistir e transformar. O que há, portanto, nas periferias urbanas, é uma inteligência territorial em operação constante, reorganizando recursos, redes e soluções a partir da própria base social. Essa IC se expressa em ações como hortas comunitárias, redes de cuidado, cooperativas populares, iniciativas culturais e até mesmo na mobilização para reivindicação de direitos. Em estudos sobre economia solidária e inovação social, Singer (2002) e Dowbor (2017) demonstram como as comunidades organizadas podem desenvolver soluções econômicas e sociais mais sustentáveis, por meio da partilha, do afeto e da corresponsabilidade.

Moulaert et al. (2013), por sua vez, propõem o conceito de inteligência territorial como base de experiências de inovação social enraizadas. Nessa perspectiva, a transformação social não vem de fora, mas emerge do interior dos territórios por meio de processos colaborativos. As experiências brasileiras de participação cidadã e deliberação pública, exploradas por Avritzer (2004) e Dagnino (2014), reforçam que a escuta coletiva e a ação horizontalizada ampliam a capacidade de inovação política.

Por fim, Nunes (2023) considera o conceito de “organização dos não-organizados”, importante para entender a atuação em rede de coletivos, movimentos e comunidades periféricas que se organizam de maneira horizontal, tática e colaborativa, uma forma contemporânea de IC distribuída. Pensar IC nas periferias não é apenas considerar práticas alternativas, mas posicioná-las como centrais para o desenho de novos modelos de desenvolvimento social (Simões & Medeiros, 2025).

## **2.2 Inovação social e territórios periféricos**

A inovação social, entendida como um processo participativo que visa transformar realidades sociais com base na criatividade coletiva e no engajamento comunitário (Murray et al., 2010), ganha relevância quando aplicada em contextos periféricos. Modelos de inovação que partem das necessidades e desejos da população local têm maior chance de gerar pertencimento e impacto sustentável (Franz, Hochgerner & Howaldt, 2012).

A inovação social refere-se à criação de novas práticas, soluções e arranjos institucionais que respondem de maneira mais eficaz a problemas sociais complexos e persistentes, especialmente quando essas soluções são produzidas coletivamente, territorializadas e sustentáveis para a transformação (Moulaert et al., 2013). Ao contrário da inovação tradicional, centrada em tecnologia e liderança, a inovação social volta para a transformação das relações sociais, ampliação da cidadania e fortalecimento das capacidades locais (Bignetti, 2011). Em contextos de periferias urbanas, a inovação social não surge apenas como resposta à ausência do Estado, mas como expressão de resistência criativa e de reconfiguração das formas de viver e organizar a vida coletiva. É nesse sentido que autores como Franz, Hochgerner e Howaldt (2012) defendem que a inovação social deve ser entendida como processo relacional, dependente das especificidades culturais, territoriais e afetivas dos grupos que a desenvolvem. No Brasil, uma abordagem da inovação social se

relaciona com experiências como cooperativas populares (Singer, 2002), economia solidária (Gaiger, 2004), ações culturais periféricas (Almeida, 2009), práticas autogestionárias e urbanismo insurgente (Rolnik, 2017). Essas experiências demonstram que territórios periféricos não são apenas receptores de inovação, mas espaços produtores de soluções adaptadas à sua realidade, muitas vezes invisíveis às políticas públicas convencionais.

A inovação social emerge da tensão entre desigualdade e criatividade, sendo inseparável da participação cidadã e do desejo de transformação coletiva (Monteiro, 2019). É nesse ponto que a ideia de escuta ativa dos territórios ganha centralidade: compreender o que faz sentido para a comunidade é o primeiro passo para inovar com legitimidade social. A adoção da inovação social como lente analítica e prática em territórios periféricos exige o reconhecimento dos saberes locais, do protagonismo das redes informais e da intencionalidade política que mobiliza a ação coletiva. Para Albagli e Maciel (2004), a produção de inovação nesses contextos está relacionada à articulação entre conhecimento tradicional e redes sociais comunitárias, potencializando soluções criativas para desafios específicos das periferias urbanas. Manzini (2008) destaca que iniciativas inovadoras sustentáveis somente emergem quando há valorização da cultura local e engajamento colaborativo, permitindo que práticas cotidianas se convertam em transformações estruturais. Sarate e Piccinini (2019) demonstram que a ação coletiva fortalece a autonomia e a corresponsabilidade, consolidando trajetórias de desenvolvimento baseadas em demandas reais e no protagonismo dos próprios moradores.

Assim, ao abordar a inovação social a partir das periferias, ressaltam-se práticas que ampliam a cidadania, promovendo corresponsabilidade entre os atores locais e fomentando novas formas de organização socioterritorial baseadas no reconhecimento mútuo e na valorização das capacidades locais (Dowbor, 2017; Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010). Essa perspectiva concebe a inovação social não apenas como resposta às carências existentes, mas como um processo que permite regular os trânsitos periféricos como assuntos plenos, conectando suas perspectivas individuais e coletivas, incluindo suas subjetividades, como dimensões centrais da felicidade e do bem-estar (Silva et al., 2024; Hayward, 2005).

### **2.3 Felicidade e Inovação Social**

A ONU reconhece a felicidade como objetivo legítimo de desenvolvimento, vinculando-a diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2011, a Assembleia Geral declarou que “a busca pela felicidade é um objetivo humano fundamental” (Nações Unidas, Resolução 65/309, p.1), fortalecendo seu papel nas políticas globais. Trata-se de um conceito subjetivo e multidimensional, cada vez mais incorporado em estudos sobre desenvolvimento humano.

Durante grande parte do século XX, o progresso das nações foi mensurado quase exclusivamente por indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB). A partir da década de 70, contudo, intensificaram-se as críticas a essa visão restrita, que desconsiderava dimensões essenciais como bem-estar, justiça, cultura e meio ambiente (Valentim et al., 2014). Nesse cenário, o rei Jigme Wangchuck, do Butão, propôs, em 1972, o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como alternativa ao PIB, buscando mensurar o verdadeiro progresso de uma nação a partir da felicidade de seu povo. Em 2008, o Butão consolidou o FIB como política de Estado, estruturando-o em nove domínios e 33 indicadores (Figura 1), com dimensões objetivas e subjetivas por meio de pesquisas periódicas com a população (Ura et

al., 2012). Desde então, o FIB tem inspirado iniciativas internacionais ao integrar dimensões emocionais, sociais, ambientais e culturais do bem-viver.

**Figura 1 - Domínios e Indicadores do FIB**

<b>Domínio</b>	<b>Indicadores</b>
Bem-estar psicológico	Satisfação com a vida Emoções positivas Emoções negativas Espiritualidade
Saúde	Auto-avaliação da saúde Saúde diária/frequência doença Desabilitação Saúde mental
Uso do tempo	Horas de trabalho Horas de sono/lazer
Educação	Alfabetização Formação educacional Conhecimentos gerais Valores morais
Diversidade e Resiliência Cultural	Linguagem Habilidades artesanais Participação sociocultural Comportamento em público
Boa Governança	Participação política Liberdade política Serviços públicos Desempenho do governo
Vitalidade Comunitária	Apoio à comunidade Relação com a comunidade Família Criminalidade
Diversidade e Resiliência Ecológica	Poluição Responsabilidade Ambiental Vida Selvagem/agricultura Questões urbanas
Padrão de Vida	Renda familiar Bens materiais Qualidade da habitação

Fonte: Ura et al. (2012)

Em 2012, foi lançado o Relatório Mundial da Felicidade, coordenado pelos economistas Helliwell, Layard e Sachs do *Earth Institute da Columbia University*. Desde então, o relatório é publicado anualmente, influenciando políticas públicas em diversos

contextos (Helliwell, Sachs & Layard, 2012). Do ponto de vista acadêmico, Sen (2014) e Nussbaum (2000) desenvolveram contribuições centrais para o debate sobre alternativas ao enfoque restrito dos indicadores econômicos. Conforme Sen (2014), o desenvolvimento deve ser avaliado a partir da liberdade que as pessoas têm para viver vidas que valorizam: vidas plenas, que podem incluir, mas não se limitam, à renda ou ao consumo material. Nussbaum (2000) complementa essa perspectiva ao propor uma lista de capacidades essenciais às quais todos devem ter acesso, defendendo que o desenvolvimento deve garantir condições concretas para a realização de escolhas e autonomia dos sujeitos em diversas esferas da vida.

No Brasil, a temática da felicidade como índice de desenvolvimento tem destaque principalmente nos campos da economia mental, psicologia positiva, sociologia urbana e políticas públicas participativas (Senado Federal, 2016). Pesquisas como o Índice de Bem-Estar Subjetivo (IBES), do Instituto Akatu, e a Pesquisa sobre Qualidade de Vida no Brasil (Felicidade Interna Bruta Brasil<sup>7</sup>) vêm sendo aplicadas em cidades e comunidades como ferramentas de planejamento estratégico (Jochem & Pellin, 2019).

A utilização do índice de felicidade em comunidades periféricas permite capturar dimensões subjetivas do cotidiano não reveladas por indicadores tradicionais. A pergunta “Você está feliz?” não é apenas simbólica, mas profundamente política, pois reposiciona o sujeito como centro de análise social. Ao utilizar a felicidade como métrica de escuta comunitária, criam-se caminhos para modelos de desenvolvimento futuros mais humanos, participativos e territoriais, onde o progresso é redefinido pelo bem-viver coletivo e pela qualidade das relações sociais. Esse processo de escuta social sobre a percepção de felicidade pode ser considerado uma provocação (Cainelli & Janissek-Muniz, 2025) para antecipar e impulsionar a inovação e a construção dos futuros que as comunidades periféricas desejam.

#### **2.4 Foresight, Foresight social e inovação social**

A antecipação de futuros tem ganho força nos estudos sobre inovação social como uma abordagem fundamental para lidar com incertezas, complexidades e questões sociais (Bas & Guillo, 2015). O *foresight* - também chamado de prospectiva ou antecipação de futuros - refere-se a um campo interdisciplinar voltado à criação de visões alternativas de futuros, fundamentadas na identificação de sinais emergentes, rupturas e transformações sociais (Slaughter, 1990; Poli, 2015). Para Miller (2018), o *foresight* consiste na sistematização e ordenação de percepções de futuros alternativos, criando espaço para diálogos estratégicos e promovendo a aprendizagem organizacional/social face a decisões complexas e prioritárias. O principal objetivo é fornecer suporte para a tomada de decisões em ambientes caracterizados pela incerteza e rápida mudança (Schwarz, Rohrbeck & Wach, 2020).

O *foresight* distingue-se das abordagens estratégicas tradicionais ao adotar o conceito de futuros plurais, considerando a construção coletiva de múltiplos cenários possíveis, plausíveis, prováveis e preferíveis para orientar estratégias de inovação, antecipação de planos e fortalecimento da resiliência organizacional/social (Voros, 2001). Essa abordagem enfatiza que não existe um único futuro determinista, mas sim um conjunto de alternativas a serem

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/inovacao-governamental/cinco/cinforme/edicao-7-2024/felicidade-interna-bruta>

exploradas e moldadas pelos atores envolvidos. De fato, o trabalho com cenários permite não apenas preparar organizações e sociedades para possíveis rupturas, mas também conceber futuros desejáveis e caminhos inovadores para seu alcance (Adegbile, Sarpong & Meissner, 2017), tendo, no papel proativo e no potencial de intervenção da rede e dos atores envolvidos, um dos alicerces do conceito (Brito-Cabrera & Janissek-Muniz, 2024).

Ao contrário das abordagens lineares (*forecast*), o *foresight* não busca prever o futuro com base em tendências estabelecidas, mas ampliar a capacidade coletiva de interpretação, construção e criação proativa, considerando múltiplas possibilidades (Borges, 2021). Quando considera a participação de múltiplos atores, especialmente aqueles representativos da sociedade em sua pluralidade, tem potencial para promover transformações sociais desejáveis (Whilhermer, 2016). Slaughter (2008) e Van der Duin (2019) ressaltam que o “*foresight* social” envolve processos participativos em que comunidades e diferentes sujeitos sociais interpretam sinais de mudança, criam cenários e constroem visões de futuros, aprimorando decisões mais inovadoras e resilientes frente às incertezas do contexto em que se inserem. Para Panizzon, Janissek-Muniz e Bas (2025), o engajamento dos cidadãos nos processos participativos pode ampliar as práticas de pensar futuros. Tais práticas podem ser especialmente relevantes em contextos periféricos e vulneráveis, onde a antecipação coletiva pode quebrar o ciclo de políticas públicas predominantemente reativas, fortalecendo capacidades proativas de transformação social.

No campo da inovação social, a literatura contemporânea considera que o *foresight* tem sido utilizado como ferramenta essencial na identificação e atribuição de sentido às movimentações sociais emergentes, possibilitando antecipar movimentos e orientar o desenvolvimento de respostas inovadoras (Hideg, 2006; Bas & Guillo, 2015). Além disso, o *foresight* é reconhecido pelo potencial em apoiar a construção de políticas públicas participativas, incorporando múltiplos agentes no processo de criação e elaboração de estratégias, promovendo uma governança mais democrática (Wilhelmer, 2016). Práticas participativas de *foresight* têm reforçado o senso de pertencimento e agência coletiva sobre o tempo e o território, favorecendo processos de cocriação, coaprendizagem, mobilização social e resiliência local (Bárczola, 2018).

Nesse sentido, Webb (2016) propõe que o *foresight* seja incorporado como competência central nas organizações sociais, defendendo o mapeamento de sinais fracos e o desenvolvimento de “prototipagens de futuro” com participação ativa dos agentes do território. A ONU, ao propor o Quinteto da Mudança<sup>8</sup>, em 2023, traz o *foresight* como uma dos 5 eixos de desenvolvimento sustentável. Ao abordar a superação da “colonialidade do tempo”, Santos (2015) argumenta que práticas ancestrais e saberes circulares nas comunidades quilombolas e indígenas desafiam a ideia de que o amanhã das periferias deva ser uma mera repetição das carências de ontem. Bárczola (2018) reforça a relevância da América Latina assumir um papel ativo na construção de um futuro coletivo, articulando *Foresight* e *Design Social* para promover inovação social a partir das necessidades locais. Tais perspectivas fomentam futuros alternativos, constituindo não apenas uma ação teórica decolonial, mas também uma prática política e existencial nas periferias brasileiras.

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://un-two-zero.network/>

O reconhecimento do protagonismo das periferias como espaços de criatividade, resistência e reinvenção do cotidiano tem crescido na literatura. Rolnik (2017) ressalta a potência dos territórios populares não como espaços carentes, mas lugares de inovação cidadã. A perspectiva sobre felicidade, nesse contexto, ganha um papel estratégico para revelar o que dá sentido à vida cotidiana e pode orientar intervenções públicas mais eficazes e diretrizes para aplicar *design* de futuros possíveis.

### **3. Método de Pesquisa**

#### **3.1. Enquadramento da pesquisa**

A investigação adotou delineamento quantitativo e qualitativo de natureza exploratória, sustentado por estratégia multimétodo, para compreender fenômenos complexos e subjetivos, integrando métodos de forma complementar (Creswell & Clark, 2021). O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de captar percepções de bem-estar e felicidade, revelando dimensões emergentes e hipóteses iniciais (Gil, 2008). Esse delineamento favorece a abertura a categorias não previstas e o aprofundamento qualitativo, bem como a preparação de etapas quantitativas subsequentes.

Em contextos de inovação social, a abordagem multimétodos é essencial para integrar vozes comunitárias e captar a complexidade dos fenômenos sociais, superando a dicotomia entre métodos qualitativos e quantitativos (Silva, 2024). A estratégia permite compreender não apenas o que ocorre, mas também o porquê e o como, integrando dados estatísticos e entrevistas (Creswell e Clark, 2021). O uso de questionários presenciais, por sua vez, assegura maior controle sobre a coleta de dados e reduz vieses relacionados à incompreensão ou omissão de respostas (Lakatos e Marconi, 2001).

#### **3.2. Contextualização da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em territórios periféricos urbanos de Porto Alegre, caracterizados por forte densidade comunitária e diversidade de experiências sociais. Participaram moradores, lideranças locais e representantes de iniciativas sociais, reunindo perfis variados quanto à idade, ocupação, gênero e escolaridade. Essa heterogeneidade possibilitou captar diferentes perspectivas sobre os sentidos de bem-estar e felicidade no cotidiano dessas comunidades. A *Formo Hub*, parceira local na coleta, situa-se no Morro da Cruz, atuando como espaço de inovação social voltado ao fortalecimento de projetos de impacto social, cultural e comunitário. Seu nome remete à ideia de “formar” redes, pessoas e futuros possíveis, funcionando como *hub* articulador de saberes, práticas e tecnologias sociais que emergem das periferias e dialogam com grandes desafios urbanos. A *Formo Hub* mantém parcerias público-privadas que apoiam projetos de desenvolvimento e capacitação em empreendedorismo periférico.

#### **3.3 Operacionalização da pesquisa**

Foi conduzido um grupo focal com seis moradores do Morro da Cruz, a partir de um roteiro previamente elaborado ([Anexo A](#)) e fundamentado em estudos sobre indicadores subjetivos de bem-estar (Fleurbay, 2009; Woyciekoski et al., 2012). Complementarmente, aplicou-se um questionário semiestruturado ([Anexo B](#)), organizado em consonância com os objetivos da investigação, contendo questões fechadas-escalares e abertas, voltadas à captação de

percepções individuais. Essa combinação metodológica possibilitou a identificação de padrões agregados e a apreensão da complexidade das experiências individuais e particulares (Tashakkori et al., 2012), permitindo uma compreensão transversal e contextualizada das dimensões associadas ao bem-estar nos territórios investigados.

### **3.3.1 Coleta de dados**

A coleta dos dados ocorreu entre maio e junho de 2024. A pesquisa foi conduzida presencialmente, visando assegurar clareza na compreensão das questões propostas e qualidade das respostas obtidas. A presença do pesquisador na coleta mostrou-se decisiva, pois a interação face a face favorece o engajamento dos participantes, elevando as taxas de resposta e possibilitando a observação de aspectos contextuais que enriquecem a interpretação dos dados (Babbie, 2010). Essa estratégia também permitiu alcançar populações com restrita conectividade digital ou baixa escolaridade, ampliando a representatividade da amostra. Ao longo de 25 dias de coleta junto à comunidade local, foram obtidas 114 respostas, cada aplicação tendo duração média de 25 minutos, variando conforme detalhamento dos respondentes nas questões abertas.

O processo da aplicação dos questionários seguiu um procedimento padronizado, envolvendo a apresentação inicial do propósito da pesquisa, acompanhada da leitura de um termo de consentimento verbal, seguida pela aplicação das perguntas, e espaço para sondagens adicionais nas respostas abertas. As respostas foram registradas em formulário eletrônico padronizado, assegurando consistência na coleta e facilitando análises subsequentes. Todo o processo observou os princípios éticos de confidencialidade, voluntariedade e anonimato, conforme as diretrizes da Resolução CNS nº 510/2016.<sup>9</sup>

### **3.3.2 Procedimentos de Análise**

A pesquisa buscou apreender tanto os padrões estruturais quanto os significados subjetivos atribuídos pelos respondentes às suas experiências no território, por meio de análises quantitativas e qualitativas, conduzidas de acordo com a natureza dos dados.

A análise quantitativa foi realizada sobre as perguntas escalares do questionário, conduzida em duas etapas complementares. Inicialmente, realizou-se análise univariada, baseada em estatística descritiva simples, oferecendo um panorama das percepções gerais da comunidade em relação a cada item avaliado (Babbie, 2010). Em seguida, procedeu-se à estruturação de um índice composto, denominado Índice de Bem-Estar Local (IBEL), elaborado a partir de sete indicadores-chave e calculado pela média aritmética simples das respostas, em escala de 1 a 10. Este índice permitiu sintetizar as percepções em um valor único, representativo do nível médio de bem-estar percebido pela população. A estratégia metodológica adotada guarda estreita relação com a proposta de Ribeiro e Ribeiro (2013), segundo a qual o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) é construído pela média aritmética das dimensões padronizadas, sintetizando em um único valor as percepções da população sobre seu bem-estar.

Na análise qualitativa, as questões abertas e o material das discussões no grupo focal

---

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>

foram analisados por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), permitindo a identificação de padrões, divergências e categorias emergentes. O *corpus* textual foi organizado em blocos temáticos e submetido às etapas de pré-análise, com leitura flutuante e identificação de padrões; codificação, com definição de categorias preliminares a partir de elementos recorrentes como vínculo familiar, violência, transporte, moradia e trabalho; e categorização, em que as falas foram agrupadas em eixos temáticos vinculados às dimensões do modelo analítico e do referencial teórico, como bem-estar subjetivo, inteligência coletiva e resiliência urbana. De forma complementar, conforme sugerido por Freitas e Janissek (2000), empregou-se análise léxica com softwares<sup>10</sup> de apoio, identificando frequência de termos, nuvens de palavras e estruturas discursivas, permitindo mapear o léxico emocional e simbólico dos participantes (Sousa, 2021). Ao final, procedeu-se à convergência quali-quantitativa, triangulando dados quantitativos e qualitativos (Denzin, 2004), por meio da interpretação cruzada entre indicadores numéricos (como médias baixas em urbanização) e narrativas textuais (como relatos sobre ausência de saneamento e pavimentação). Essa articulação reforçou a consistência dos achados, integrando dados objetivos e subjetivos, e possibilitou inferências robustas sobre necessidades, potencialidades e visões de futuro da comunidade.

#### 4. Resultados

A pesquisa revelou percepções significativas de bem-estar, felicidade e visão de futuro entre os moradores da comunidade do Morro da Cruz. A amostra contou com 114 respondentes voluntários, representando diversidade sociodemográfica quanto à idade, gênero, escolaridade e região de residência. Observou-se predominância de mulheres entre 25 e 55 anos, majoritariamente com escolaridade de nível médio e inseridas nos setores de serviços, educação e comércio local, perfil que demonstrou maior disponibilidade e engajamento em iniciativas comunitárias.

Os resultados quantitativos indicaram padrões agregados de percepção, enquanto questões abertas permitiram captar nuances individuais e coletivas. A análise qualitativa destacou sentidos recorrentes associados à felicidade, infelicidade e expectativas de futuro, revelando elementos centrais da experiência comunitária. Ressalta-se que o contexto das enchentes ocorridas em Porto Alegre, RS, durante o período da coleta (maio/2024) marcou fortemente as respostas, refletindo preocupações imediatas e reforçando a relevância da leitura situada das percepções.

Os resultados revelam uma percepção amplamente positiva da **felicidade** no Morro da Cruz, com 96,4% dos moradores afirmando serem felizes, e muitos se considerando “muito felizes”. Esta constatação é acompanhada pela influência significativa de vínculos familiares e comunitários como fatores importantes para a felicidade dos residentes. No entanto, a percepção de felicidade coexiste com um cenário de desafios estruturais, criando uma evidência da dicotomia entre discurso e realidade. A maioria dos moradores expressa insatisfação com a falta de estrutura, como saneamento básico, pavimentação, regularização de terrenos e acesso a serviços básicos. As principais insatisfações estão ligadas à violência e ao tráfego, indicando uma dissociação entre fatores emocionais/familiares e os estruturais.

---

<sup>10</sup> Iramuteq e NVivo

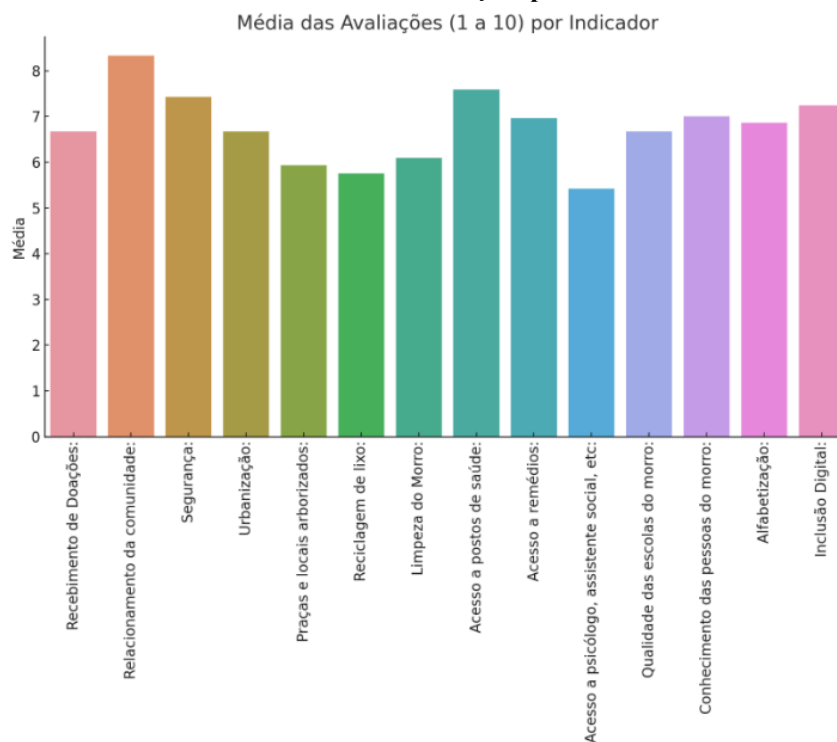
Para compreender as nuances dessa felicidade, foi estabelecida uma categorização da *felicidade* baseada nos relatos do grupo focal e da observação do campo:

- **Felicidade baseada na fé:** Definida como um estado de crença religiosa (“*Se acredito em Deus, sou feliz*”). Este fenômeno da religiosidade neopentecostal, que enfatiza a experiência direta com Deus e a busca por curas milagrosas e batalhas espirituais, é um fenômeno social evidente no território dos respondentes.
- **Felicidade relativa:** Declarada com uma visão crítica, relacionada à escassez material ou emocional (“*Eu poderia ser mais feliz com acesso a bens*”).
- **Felicidade mão na massa:** Uma busca constante por um bem-estar com ações individuais e coletivas (“*É o que o morador, como cidadão moderno, faz para ser feliz*”).

Uma constatação central da percepção de felicidade se reflete na fala “*Tudo que é preciso para ser feliz aqui não depende de mim*”, o que sublinha a dependência de fatores externos para a melhoria das condições de vida, apesar da forte ligação comunitária e familiar.

Em relação ao “bem-estar percebido”, a média geral foi de 6,76, indicando uma percepção moderadamente positiva. Os indicadores mais bem avaliados pelos moradores estão ilustrados no gráfico 1:

**Gráfico 1: Média das avaliações por indicador**



A análise das avaliações atribuídas pela comunidade aos diferentes aspectos investigados revela nuances importantes em relação à percepção coletiva. O fator “relacionamento entre membros da comunidade” se destacou positivamente com uma média

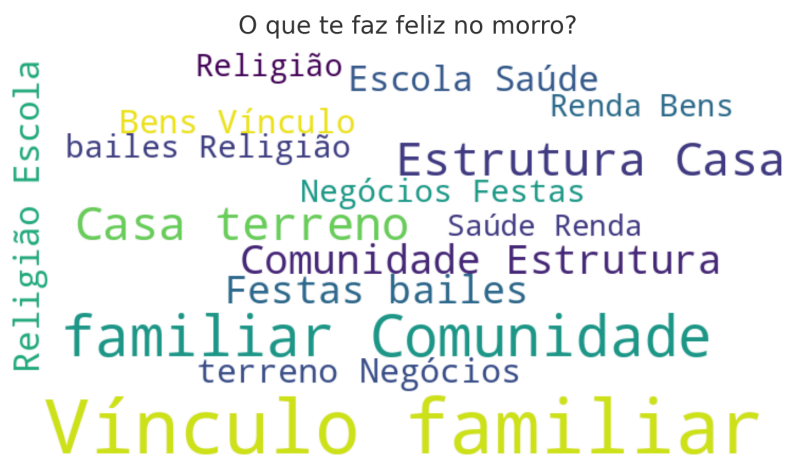
de 7,75 e 46,9% dos entrevistados conferindo nota máxima (10) a este aspecto. Da mesma forma, o item “grau de conhecimento mútuo entre as pessoas” foi avaliado de forma favorável, atingindo média de 7,36 e contando com 29,2% de notas máximas.

No que se refere à “alfabetização” e “inclusão digital”, ainda que as médias tenham permanecido em patamares positivos (7,12), observa-se que apenas 19,5% e 26,5% dos participantes, respectivamente, classificam esses itens com uma nota mais alta, o que sugere desafios adicionais nessas dimensões.

Em contrapartida, alguns aspectos são significativamente inferiores. A percepção quanto ao “processo de urbanização” obteve média de apenas 5,44, com apenas 21,2% dos entrevistados atribuindo nota máxima. A “segurança” foi avaliada de forma crítica (média de 5,94), com 33,6% das avaliações no patamar máximo. Da mesma forma, “ações” apresentou média de 5,97, sendo que 30,1% dos participantes deram a este item nota 10. Esses dados evidenciam áreas em que a satisfação comunitária é menor, representando pontos sensíveis que exigem maior atenção nas políticas e intervenções futuras.

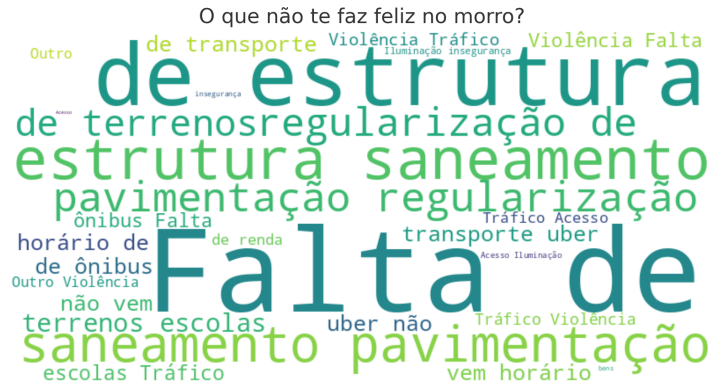
A análise qualitativa das respostas abertas reforça essas visões, identificando como principais fontes de felicidade: vínculos afetivos, espiritualidade, pertencimento à comunidade, escola e religião. Isso se alinha com a percepção de que vínculos familiares são um grande fator de felicidade. A figura 2 ilustra os aspectos relevantes expressos pelos respondentes conforme frequência das palavras:

**Figura 2: Nuvem de palavras sobre felicidade**



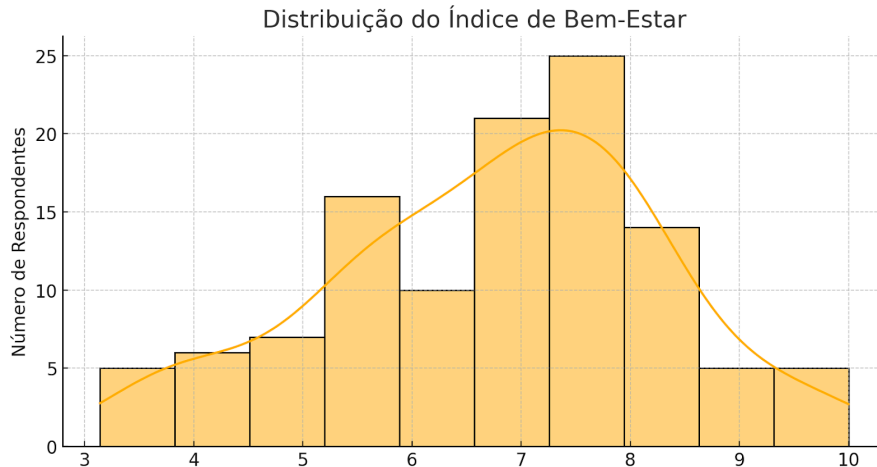
As “fontes de infelicidade” e o que “falta para ser feliz” são consistentemente relacionadas à infraestrutura e à segurança, conforme a frequência de palavras (figura 3).

**Figura 3: Nuvem de palavras sobre o que falta para ser feliz**



A partir destas análises, estabeleceu-se o **Índice de Bem-Estar Local** (figura 4), como um índice de direcionamento adaptado para a realidade do Morro da Cruz, composto pela média das avaliações individuais, seguindo padrão normal, com maior concentração entre 6 e 8 pontos.

**Figura 4: Índice de Bem-Estar local - Morro da Cruz**



Resultados também indicam que “condições materiais” e “relações sociais” são determinantes da felicidade percebida. Apesar dos desafios estruturais, a resiliência afetiva e a identidade coletiva funcionam como fatores de compensação emocional. Observa-se também forte potencial de ativação da inteligência coletiva, pois os moradores demonstram consciência crítica dos problemas e clareza sobre as soluções desejadas.

A partir da análise das respostas, o conhecimento tácito e vivencial da comunidade configura-se como ativo estratégico para orientar políticas públicas mais responsivas. Ao evidenciar imagens de futuro positivas e aspirações transformadoras, a maior parte dos moradores pensa em futuros vinculados ao estudo, trabalho e melhoria habitacional, revelando capital esperançoso e potencial de engajamento em iniciativas de transformação social futuras.

## 5. Discussão

A escuta ativa da comunidade revela que, além dos *déficits* estruturais, há ativos intangíveis valiosos no território: vínculos, fé, identidade e vontade de futuro. Potencializar esses elementos por meio de estratégias de inteligência coletiva e métodos de *foresight* pode levar à construção de políticas de base local, regenerativas e sustentáveis. A evolução destes resultados tem potencial para evoluir para iniciativas de *foresight* social do tipo “Morros do Futuro”, como uma plataforma de ativação de futuros desejáveis para os moradores, que deixam de ser apenas beneficiários de soluções e passam a ser coprodutores de visões e caminhos a partir da inteligência coletiva que produzem.

A pesquisa evidencia que, embora os moradores do Morro da Cruz declarem altos níveis de felicidade, pautados principalmente nos laços comunitários e familiares, existe uma forte insatisfação com as condições estruturais e a segurança. Essa complexa interação entre fatores emocionais e materiais é um ponto crítico para o desenvolvimento local. A qualidade das escolas e a inclusão digital são áreas importantes que receberam notas variadas, indicando a necessidade de melhorias contínuas para garantir acesso igualitário à educação de qualidade. Diante da dicotomia observada, emergem temas para projetos futuros, com foco no protagonismo comunitário, como meio ambiente, educação, saúde e bem-estar, promoção de diálogos diversos, empreendedorismo e capacitação para o trabalho no território.

Resultados revelam um cenário em que ainda se faz necessário articular uma curadoria temática e atividades que quebrem a visão de passividade, colocando o Morro da Cruz em movimento pela transformação da felicidade em algo concreto e com coeficiente de cidadania.

## 6. Considerações Finais

Diante do objetivo buscado, os principais resultados revelam a prevalência de sentimentos positivos em relação ao futuro (mais de 90% acreditam ter um futuro promissor), a valorização de laços afetivos e da comunidade como fonte de felicidade, e a percepção crítica sobre os desafios estruturais, como a falta de saneamento, segurança e mobilidade.

Esses achados dialogam diretamente com a fundamentação teórica baseada no bem-estar subjetivo (Diener, 1984), inteligência coletiva (Lévy, 2003) e *foresight* estratégico (Godet & Durance, 2007), demonstrando que, apesar de condições materiais adversas, o capital social e simbólico da comunidade oferece subsídios relevantes para o planejamento participativo e a construção de futuros desejáveis.

A triangulação de métodos quantitativos e qualitativos para mapear dimensões do bem-estar percebido e das expectativas de futuro permitiu, não apenas validar os indicadores propostos na fundamentação, mas também incorporar sentidos emergentes relevantes expressos nas falas dos moradores. Os resultados reforçam a relevância de considerar indicadores subjetivos e afetivos nas avaliações de desenvolvimento local. A constatação de que o senso de pertencimento e os vínculos comunitários superam, em muitos casos, as carências materiais indica que políticas públicas eficazes precisam integrar componentes simbólicos e culturais, não apenas estruturais.

A pesquisa contribui para a academia ao articular conceitos interdisciplinares de bem-estar, inteligência coletiva e *foresight social* aplicados em contextos periféricos urbanos. O estudo ainda oferece um modelo replicável para compreender fenômenos complexos em comunidades em vulnerabilidade. No campo prático, especialmente para organizações e

coletivos sociais que atuam na gestão de territórios vulneráveis, os dados oferecem subsídios valiosos para o desenho de programas mais alinhados às aspirações da comunidade.

Entre as limitações, destaca-se a restrição da amostra à adesão voluntária, o que pode gerar viés de seleção. Além disso, o recorte temporal curto e a falta de desagregação por faixa etária ou gênero limitam análises mais aprofundadas. Questões metodológicas como a subjetividade da análise qualitativa e a ausência de triangulação com observação direta também são pontos a considerar. Futuras pesquisas podem ampliar a amostra e aplicar a metodologia em diferentes comunidades periféricas para fins comparativos. Sugere-se também aprofundar o uso de metodologias participativas (como oficinas de futuros e mapeamentos afetivos), além de incorporar indicadores objetivos de qualidade de vida e integrar ferramentas digitais de visualização comunitária, potencializando ainda mais o uso do *foresight* como estratégia de prospecção de futuros sociais. A escassez de iniciativas semelhantes direcionadas a favelas e comunidades urbanas carentes torna este estudo um projeto-piloto com potencial para inspirar estudos futuros.

## Referências

- Adegbile, A.; Sarpong, D. & Meissner, D. (2017). Strategic foresight for innovation management: a review and research agenda. *International Journal of Innovation and Technology Management*, 14(4), 1-34.
- Albagli, S., & Maciel, M. (2004). Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, 33(3), 9–16.
- Almeida, R. (2009). Cultura de periferia na periferia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5(49), 36.
- Avritzer, L. (Org.). (2004). *A participação em São Paulo*. Fundação Editora Unesp.
- Babbie, E. (2010). Research design. *The practice of social research*, 12, 90-123.
- Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo (Edições 70, ed.). Lisboa: LDA.
- Bárzola, M. (2018). Prospectiva latinoamericana desde la filosofía del Diseño Social. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos*, (69), 1-6.
- Bas, E. & Guillo, M. (2015). Prospectiva participativa para inovação social. Método FLUX-3D (Forward Looking User Experience), ferramenta para avaliação de inovações. *Previsão Tecnológica - Mudança Social*, 84, 1-19.
- Bignetti, L. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14.
- Borges, N. (2021). Abordagens organizacional e individual de práticas de *foresight*. *Anais Enanpad*.
- Borja, B. (2021). Raúl Prebisch e seus manifestos: momentos de formação da CEPAL. *Revista de Economia Contemporânea*, 25(2).
- Cainelli, A., & Janissek-Muniz, R. (2025). Provocation: A proactive strategy for anticipation and innovation. *Futures*, 166.
- Canettieri, T. (2025). Territórios periféricos e geografias da reprodução social crítica: heterogeneidade de práticas na urbanização periférica. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, 27(1).
- Costa, B. (2023). A inserção do espaço geográfico de Milton Santos na matriz althusseriana de interpretação da totalidade social: uma estrutura como as outras? *GEOUSP Espaço Tempo*, 27(3).
- Creswell, J. & Creswell, J. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.
- D’Andrea, T. (2013). A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.
- Dagnino, R. (2014). *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB.
- Dantas, C., Oliveira, M. & Correia, N. (2018). Inovação Social como promotor de empreendimentos de economia solidária: uma proposição teórica. *Amazônia, Organizações, Sustentabilidade*, 7(1).
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2004). Questões metodológicas no estudo de problemas sociais. *Manual de problemas sociais*, 30-46.
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95(3), 542–575.
- Dowbor, L. (2017). *A era do capital improdutivo*. Autonomia Literária.

- Fleurbay, M. (2009). Além do PIB: A busca por uma medida de bem-estar social. *Revista Literatura Econômica*, 47 (4), 1029-1075.
- Franz, H.-W., Hochgerner, J. & Howaldt, J. (Eds.). (2012). *Desafiar a inovação social: Potencialidades para os negócios, o empreendedorismo social, o bem-estar e a sociedade civil*. Springer.
- Freitas, H. & Janissek, R. (2000). *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Frúgoli, H. (2007). *Sociabilidade Urbana*. Editora Schwarcz. Rio de Janeiro.
- Gaiger, L. (2004). A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não-capitalistas. *Cayapa - Revista Venezuelana Economia Social*, 4(8).
- Garcia, M. et al. (2020) Territorial Intelligence, a Collective Challenge for Sustainable Development: Scoping Review. *Soc. Sci*, 9, 126.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.
- Girardot, J.-J. (2010). Inteligência Territorial e Transição Sócio-Ecológica. *Revista Iberoamericana Relaciones Laborales*, (23), 15-39.
- Godet, M. & Durance, P. (2007). *Prospectiva Estratégica: problemas y métodos*. Cuadernos de LIPSOR, 104(20).
- Helliwell, J., Layard, R. & Sachs, J. (2012). *Relatório mundial de felicidade 2012*. The Earth Institute, Columbia University.
- Hideg, É. (2006). Emergence in the Foresight. Interdisciplinary Description of Complex Systems: *INDECS*, 4(2).
- Jochem, C. & Pellin, V. (2019). Felicidade Interna Bruta e desenvolvimento econômico: uma análise no município Rio do Sul (SC). *Observatorio Economía Latinoamericana*, (9), 1.
- Kahneman, D., & Deaton, A. (2010). High income improves evaluation of life but not emotional well-being. *Proceedings of the national academy of sciences*, 107(38)
- Lesca, H. & Janissek-Muniz, R. (2022). *Inteligência estratégica antecipativa e coletiva: O método LESCAnning*. Editora UFRGS, 2ª edição.
- Lévy, P. (2003). *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. 4ed. Loyola.
- Lyubomirsky, S. & Lepper, H. S. (1999). A measure of subjective happiness: Preliminary reliability and construct validation. *Social Indicators Research*, 46(2).
- Lakatos, E. & Marconi, M. (2001). *Fundamentos de metodologia científica*. Ed. Atlas.
- Melo Neto, F. & Froes, C. (2002). *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro. Qualitymark.
- Medeiros, L. & Martins, R. (2020). Análise comparativa de estudos sobre bem-estar subjetivo no Brasil: aspectos epistemológicos, metodológicos e teóricos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(3).
- Miller, R. (2018). *Transforming the future: Anticipation in the 21st century*. Taylor & Francis.
- Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A., & Hamdouch, A. (Orgs.). (2013). *Manual internacional de inovação social: Ação coletiva, aprendizagem social e pesquisa transdisciplinar*. Edward Elgar.
- Monteiro, A. (2019). O que é uma inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações para a ação pública. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 62(4).
- Murray, R., Caulier-Grice, J.; Mulgan, G. (2010). *O livro aberto da inovação social*. Young Foundation.
- Santos, B., Araújo, S.; Baumgarten, M. (2016). Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, 18(43).
- Schwarz, J. O., Rohrbeck, R., & Wach, B. (2020). Corporate foresight as a microfoundation of dynamic capabilities. *Futures & Foresight Science*, 2(2), e28.
- Nunes, R. (2023). Nem vertical nem horizontal: Uma teoria da organização política. Ubu.
- Nussbaum, M. C. (2000). *Mulheres e desenvolvimento humano: Uma abordagem das capacidades*. Cambridge University Press.
- OCDE (2013). *Diretrizes da OCDE sobre medição do bem-estar subjetivo*.
- Organização das Nações Unidas. (2011). *Felicidade: rumo a uma resolução holística do desenvolvimento*. Assembleia Geral.
- Panizzon, M., Janissek-Muniz, R.; Bas, E. (2025). Anticipatory Governance Ambidexterity: Integrating Scientific & Citizen Foresight for Emerging S&T Challenges. Pré-print. Available at SSRN: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.5414295>

- Poli, R. (2015). Social foresight. *On the Horizon*, 23(2).
- Ribeiro, L., & Ribeiro, M. (2013). *O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) do Distrito Federal: metodologia e aplicação*. Nota Metodológica. Codeplan.
- Rolnik, R. (2017). *Guerra dos lugares: a colonização do terreno e da moradia na era das finanças*. Editorial Boitempo.
- Santos, M. (2008). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Editora USP; 2 ed.
- Sarate, J. & Piccinini, V. (2019). Inovação social e desenvolvimento territorial. *Gestão & Regionalidade*, 35(103).
- Saritas, O., Pace, L.; Stalpers, S. (2013). Stakeholder participation and dialogue in foresight. In *Participation and interaction in foresight*. Edward Elgar Publishing.
- Serpa, A. (2018). Diversidade e desigualdade em contexto de fragmentação socioespacial: avanços e recuos. *Ateliê Geográfico*, 12(2).
- Sen, A. (2014). Desenvolvimento como liberdade (1999). *O leitor de globalização e desenvolvimento: Perspectivas sobre desenvolvimento e mudança global*. 525.
- Senado Federal (2016). *Economia da Felicidade: implicações para políticas públicas*. Brasília: Consultoria Legislativa.
- Silva, G. et al (2024). Práticas de inclusão como inovação social no Instituto Federal de Santa Catarina. *Revista FACES*, 19.
- Simões, G. & Medeiros, J. (2025). As periferias urbanas como ambiente fértil para mudanças sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.
- Slaughter, R. (2008). Que diferença faz "integral"? *Futures*, 40 (2).
- Sousa, Y. (2021). O uso do software Iramuteq: Fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*.
- Tashakkori, A., Teddlie, C.; Sines, MC (2012). Utilizando métodos mistos em pesquisa psicológica. *Manual de psicologia*, 2.
- Trindade, R. (2023). *Felicidade territorializada em espaços místicos: O índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) na comunidade Ilé Àse Ojú Oòrùn em Caetité (BA)*. Dissertação Mestrado, UFMG.
- Ura, K., Alkire, S.; Zangmo, T. (2012). *FIB e índice de FIB*. Centro de Estudos do Butão.
- Van der Duin, P. (2019). Toward “responsible foresight”: Developing futures that enable matching future technologies with societal demands. *World Futures Review*, 11(1).
- Valentim, C. et al (2014). Adaptação do índice “felicidade interna bruta” e avaliação entre estudantes da Unicamp. *Revista Ciências do Ambiente On-Line*, 10(2).
- Voros, J. (2001). A primer on futures studies, foresight and the use of scenarios. *Prospect: The Foresight Bulletin*, 6(1).
- Webb, A. (2016). *Os sinais estão falando: Por que a periferia de hoje é o mainstream de amanhã*. Public Affairs.
- Wilhelmer, D. (2016). Society in need of transformation. Citizen-Foresight as a method to co-create urban future. *Filozofia Publiczna i Edukacja Demokratyczna*, 5(2), 51-72.
- Woyciekoski, C., Stenert, F. & Hutz, C. (2012). Determinantes do bem-estar subjetivo. *Psico*, 43(3).